

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.186 - ES
(2019/0355547-0)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : ELIMARIO MARONI TEIXEIRA DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

O paciente, acusado de tráfico de drogas e associação ao tráfico, alega ser vítima de constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção, decorrente de acórdão proferido pelo Tribunal de origem, que denegou a ordem impetrada naquela Corte, na qual pretendia a revogação da preventiva.

Alega o impetrante, em síntese, que a preventiva foi decretada sem que houvesse nenhuma motivação baseada em fatos concretos que justificasse a medida excepcional. Por isso, requer a revogação da medida extrema ou fixada medidas cautelares diversas da prisão.

O pedido de urgência não comporta acolhimento.

Em que pesem os argumentos externados no *writ*, verifico a existência de circunstância que, em princípio, justifica a manutenção da constrição.

De acordo com o Magistrado, "o autuado não merece responder o processo em liberdade, vez que estão presentes os indícios de autoria, bem como a materialidade delitiva, estando também presente a necessidade de garantir a ordem pública contra a atuação do agente na prática do tráfico de drogas", pois "a quantidade de droga apreendida revela a gravidade concreta da conduta atribuída ao autuado" (fl. 22).

Além disso, segundo a decisão de primeiro grau, "realizadas pesquisas nos sistemas SIEP, EJUD e INFOPEN, **constatou-se que o autuado possui registro criminal**" (fl. 21, grifei) e conforme entendimento desta Corte, "a preservação da ordem pública justifica a

imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade" (**RHC n. 108.629/MG**, Rel. Ministro **Antonio Saldanha Palheiro**, DJe 11/6/2019).

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro Grau.

Depois, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator